

ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO NORDESTE E A ECONOMIA AGAVIEIRA DA PARAÍBA (*)

LAUDIMIRO L. DE ALMEIDA (**)

INTRODUÇÃO

1ª PARTE

O Nordeste brasileiro abrange uma vasta região em forma de losango que se projeta em direção ao Atlântico. Os geógrafos descrevem-na como região de transição entre a depressão amazônica e o Massiço Central brasileiro, abrangendo sete Estados com uma área total de pouco mais de um milhão de quilômetros quadrados.

É uma região complexa compreendendo várias sub-regiões ou zonas mais ou menos diferenciadas pelo clima, pelo relêvo topográfico, pelo solo, pela fertilidade do solo, pela biologia do solo e, consequentemente, pela economia de cada uma dessas zonas em que se divide o Nordeste.

É uma região ainda mal definida geograficamente. Alguns autores limitam-na pelo curso do rio Parnaíba, ao norte, e pelo do baixo S. Francisco, ao sul, enquanto que pela classificação do IBGE e adotada oficialmente, o Nordeste compreende desde Maranhão e Piauí (nordeste ocidental) e Ceará, R. Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas (nordeste oriental) com uma população de mais ou menos nove milhões de habitantes.

Dissemos que é uma região composta de várias sub-regiões. E há pelo menos dois Nordestes, — o açucareiro e o da pecuária e algodão.

O Nordeste açucareiro, de clima quente e úmido, de terras gordas e aluviais fertilíssimas com os seus canaviais, suas usinas e seus banguês, onde se erigiu e cresceu a civilização do açúcar estudada em seus variados aspectos por Gilberto Freire e outros autores. Esta sub-região abrange o litoral e a zona da mata, assim chamada por tradição uma vez que esta já quase desapareceu.

(*) Trabalho apresentado ao Congresso de Economia Rural realizado na E.S.A.V., Minas Gerais, de 18 a 21 de julho de 1952.

(**) Eng. Agro. da Escola de Agronomia do Nordeste.

O outro Nordeste, — o da pecuária e algodão — é o Nordeste verdadeiro do “polígono das sêcas” de temperatura elevada durante o estio e índice pluviométrico irregular, que não ultrapassa 500-600 milímetros anualmente. É aí onde desatam-se os “descampados grandes”, de Euclides da Cunha, com os seus grandes domínios territoriais, de criação extensiva, com as suas fazendas, os seus cercados, seus roçados, suas feiras e suas plantações de algodão, milho, feijão, etc., de rendimento pouco satisfatório. Aqui é onde mais se faz notar a importância do clima como fator de produção, mais importante do que o solo propriamente dito.

Mas, êsse Nordeste não é apenas a sêca, a “magrem”, o êxodo, a fome, a depressão econômica. Mesmo aí, agora a pecuária e o algodão, existem outras riquezas vegetais como a oiticica, a carnauba, o babaçú, o dendê, o licuri, o caroá, e, atualmente, a Agave. E’ desta última planta que desejamos nos ocupar em nosso estudo.

Alguns dêstes produtos são artigos de monopólio como a carnaúba e a oiticica, cujo único sucedâneo é o óleo de tunge chinês, e os demais citados alcançam, em geral, elevados preços nos mercados externos.

Todavia, o que caracteriza ainda mais esta região é a irregularidade e instabilidade do fenômeno meteorológico das chuvas. Ele determina não apenas as condições do meio físico, mas o meio econômico e social com as suas conhecidas características. Uma destas são as estiagens periódicas chamadas sêcas.

Sêcas nada mais são do que crises econômicas resultantes da crise de inverno, da anormal quantidade e distribuição de chuva. Sêca, do ponto de vista objetivo, é destruição das plantações, a secura dos rios e das fontes, o aniquilamento dos rebanhos, o martírio das retiradas, a queda da produção agrícola. E’ nêste Nordeste que incide, periodicamente, o flagelo climatérico constituindo aquela “variante trágica” do autor de “Os Sertões”, imprimindo nas condicionantes do meio um caráter excepcional e selvagem, conforme revela o mesmo autor.

De permeio com êstes dois Nordestes, vamos encontrar zonas diferenciadas, a catinga sêca e úmida, o cariri, o curimataú e o brejo. Na zona do brejo, a altitude domina a latitude transformando o clima tropical quente em clima quase temperado como no planalto da Borburema, na Paraíba, e nos sistemas de Araripe e Ibiapaba, no Ceará, Triunfo, em Pernambuco, e Apodi e Martins, no R. G. do Norte.

Segundo uma publicação do DNOCS que retrata bem a situação de três Estados, — o Ceará, R. G. do Norte e

Paraíba — os quais são os mais flagelados em face de sua alta densidade de povoamento e maior exposição à calamidade e que melhor caracterizam o Nordeste, apresentavam em 1946 a seguinte concentração demográfica:

Média geral	18,8 hab. por km ²
Média da zona seca .	16,5 hab. por km ²
Média da zona úmida	52 hab. por km ² .

Para o mesmo ano, as estatísticas fornecem confrontos sugestivos quando comparado o Nordeste com a região-sul e com todo país:

	Três Estados	Brasil	Região Sul
Percentagem da área cultivada	5,75	1,8	8,15
Área cultivada por habitante	0,30 ha.	0,32 ha.	0,45 ha.
Valor da produção por ha	Cr \$ 837,00	1.550,00	1.970,00
Valor da produção «per capita»	Cr \$ 270,00	500,00	897,00
Número de animais por individuo	1,50	1,72	2,80

Da análise desses dados para os três Estados — Paraíba, Ceará e R. G. do Norte — ressalta de um lado o índice mais ou menos elevado de ocupação da terra, e de outro lado, o baixo índice de produção por área «per capita» inferior ao do país e a pobreza em animais domésticos mais acentuada em umas zonas do que noutras. Esses números são suficientes para caracterizar uma economia rural precária, mesmo num ano normal como o considerado, instável e sensível aos acidentes climáticos e às crises econômicas, que estes acarretam.

2ª PARTE

A ECONOMIA AGAVIEIRA NA PARAÍBA — Fazendo uma análise da evolução econômica do Brasil, Normano se refere ao que denominou de “permanente mudança dos produtos principais”. Diz ele: — “A história econômica brasileira é uma série de récores sensacionais caracterizada por uma sequência de flutuações que espantam. Ela constitui, na verdade, a história do aparecimento e desaparecimento,

por assim dizer, de sistemas econômicos inteiros em que uma nação baseia a sua existência”.

Realmente, a economia nacional, dissemos alhures, tem se caracterizado por uma sequência de ciclos mais ou menos diferentes, mais ou menos prolongados, porém, nunca permanentes. Talvez aqui encontremos a razão porque um jornalista apressado falou em civilização do agave e “motim econômico” que a sua cultura estaria provocando na Paraíba.

Vários são os fatores que concorrem para o desenvolvimento da cultura do Agave no Nordeste.

Antes de mencioná-los, porém, é conveniente historiar em largos traços as causas desse desenvolvimento, isto é, a sua expansão agrícola e econômica.

O fomento e incremento da produção de fibras, principalmente de fibras duras, teve início, praticamente, com o advento da segunda guerra mundial.

No México, segundo informações de “O Observador Econômico e Financeiro”, de julho do ano p. findo, a cultura do henequen desenvolveu-se de tal ordem que se verificou naquele país uma verdadeira emigração inversamente àquela que geralmente se processa nos países em desenvolvimento industrial, isto é, a emigração processou-se dos centros urbanos para os campos. Isto porque as grandes culturas de henequen tornaram-se centros de trabalho mais absorvente e compensador.

Na América Central se verificou o mesmo surto de progresso com referência à produção de abacá, cujo volume passou de 200.000 libras em 1940 para 40.000.000, em 1948.

Em nosso país, o crescimento da produção de Agave foi espetacular conforme se verifica dos dados abaixo extraídos de uma publicação do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura. Pelos números alinhados referentes aos nossos principais produtos extrativos, que diz respeito ao ano de 1944, temos:

Produtos	Produção em toneladas	
	1944	1948
Agave	2.097	25.867
Juta	6.356	9.369

Vejamos quanto ao valor:

Produtos (em milhares de cruzeiros)	1944	1948
Agave	10.574	108.104
Juta	28.052	45.752

A Expansão Cultural e Importância Econômica da Agave na Paraíba — A cultura das Agaves no Brasil é de introdução recente. Até o ano de 1930 não existia agave cultivada entre nós, isto é, como fonte de riqueza econômica e sistematização cultural.

A sua introdução na Paraíba — informa o agrônomo Diniz Xavier de Andrade, em trabalho realizado para a Secretaria da Agricultura do Estado — data da segunda década do século pelo Gen. Frederico Mindelo, sendo, depois algum tempo, enviadas as primeiras mudas pelo então Inspetor Agrícola Federal, Dr. Diógenes Caldas, para o município de Areia. A princípio, porém, era cultivada mais como planta ornamental. Nêsse sentido, segundo outras fontes, é que foram remetidas diversas mudas de Paris pelo agrônomo Gustavo Dutra, 1910.

O fato é que a Agave começou a ser cultivada na zona chamada “brejo” do Estado, e cuja fibra era utilizada em substituição ao caroá na confecção de “grajáus” para acondicionamento da rapadura.

Todavia, escreve Pimentel Gomes que as primeiras plantações foram feitas no litoral. Depois, na zona do brejo do planalto da Borburema onde as condições do meio, solo, clima, umidade, etc., muito favoreceram o seu desenvolvimento.

Assim, vencendo forte resistência dos proprietários, principalmente dos “senhores de engenhos” do brejo, e, após a crise por que passou a tradicional cultura da cana, na referida zona, a Agave foi se desenvolvendo rapidamente, de ano para ano, num crescendo só comparável ao ritmo do consumo.

Em 1934, diz Pimentel Gomes (Digesto Econômico, nº 70 — setº de 1950) existiam pequenas e raras culturas em três zonas: no litoral, em terras areno-argilosas, com 25 graus de temperatura média e 1.750 mm de chuvas; planalto (é a zona que denominamos brejo) de clima saudável com 600 mts. de altitude, solos argilo-silicosos e argilo-arenosos e média de 1.200 mm de chuvas bem distribuídas; e catinga úmida em solos argilosos e média de 1.000 mm. de chuvas.

Só depois de consolidada a sua vitória nessas zonas como cultura de rendimento, é que Agave investiu para o sertão, para o cariri e Curimataú como um conquistador de terras, um don juan de terras como diria Gilberto Freire.

O expansionismo da cultura da Agave não apenas correu para incorporar ao nosso patrimônio econômico vas-

tos trechos inapropriados para outras culturas como possibilitou que grande número de lavradores encontrassem na sua cultura um rendimento que jamais teriam encontrado na pequena agricultura de cereais e legumes.

Dissemos que vários foram os fatores que concorreram para o aumento da cultura da Agave. Dentre êsses podemos enumerar os seguintes: condições naturais (clima, solo, temperatura, etc.); condições econômico-financeiras (rendimento cultural e econômico, preço, falta de concorrência); condições culturais (baixo custo de produção, ausência de pragas, fácil cultivo, utilização de solos esgotados, etc.).

Assim, as plantações estenderam-se rapidamente por quase todo o Estado. Quem percorre, hoje, as zonas do brejo, litoral, catinga e trechos do sertão do Estado, encontrará vastas áreas cobertas por esta já famosa Amarilidácea, que já ocupa lugar de destaque nas exportações brasileiras.

Inegavelmente, uma das principais causas que também muito concorreu para o seu desenvolvimento é a da instabilidade climática. Em todo Nordeste, especialmente, na zona chamada do polígono das sêcas, — e isto afirmamos com base nas publicações oficiais — a lavoura de cereais é uma atividade mais do que aleatória porque é árdua e improdutiva. Poucas tragédias serão mais duras do que a do agricultor de cereais no Nordeste. Essa cultura, não apenas corre risco integral proporcional às inversões como a profissão do agricultor é uma triste odisséia de amargura, desestímulo e decepções.

A agricultura é, entre nós, uma herança transmitida de geração em geração através de avelhantados métodos do "plantando, dá", e com ausência de formação de verdadeiros agricultores. Esta figura de agricultor que existe em países como a Holanda, Bélgica, Portugal e Norte América, para citar apenas êstes, e que a ausência de escolas de agricultura e o grande latifúndio, impediram a sua formação entre nós.

Quereis uma prova do drama da agricultura nordestina? Esta nos é dada pelo Secretário da Agricultura de Pernambuco em entrevista ao Diário de Pernambuco quando diz: "O sertão não dá mais nada. Não adianta plantar. Perde-se uma colheita, perdem-se duas, três, quatro e nada mais se colhe. Vamos cuidar da margem do S. Francisco". Nestas palavras se contém todo o drama da agricultura da região, — a região seca — submetida a um regime climático absolutamente instável.

E' a instabilidade do fenômeno pluviométrico que determina e condiciona uma economia instável, descontinua, variada.

O Nordeste é hoje uma vasta região calcinada, onde a variante trágica das sêcas, periodicamente, se sucede em ciclos que parece o desdobramento de leis naturais ainda ignoradas, conforme o autor de "OS SERTÕES". Aqui vamos encontrar uma região delapidada por cerca de quatro séculos de Agricultura extensiva e desordenada, um verdadeiro saque à natureza, o que acarretou a destruição das suas riquezas naturais e degradação do meio ecológico. Estados como a Paraíba e Pernambuco que possuíam quase todo seu território coberto de matas, estão hoje reduzidos à insignificância de 0,9% e 1%, respectivamente, segundo A. J. de Sampaio.

Dizem os estudiosos do assunto que quando diminui a cobertura vegetal numa região, num raio de 1.500-2.000 km. de diâmetro, isto concorre para afetar o clima no sentido de estiagens mais longas e mais sêcas e estação chuvosa mais curta e mais intensa. Foi o que aconteceu em S. Paulo, onde, segundo informa José Sezter, foram comparados dados meteorológicos de 50 anos e se constatou a mudança de clima e diminuição das chuvas em 30% em direção a Minas e Goiás, justamente a região cujas áreas sofreram a devastação do solo e das florestas. E' o que está acontecendo no Nordeste onde as sêcas vêm se sucedendo periodicamente, e as estações chuvosas são curtas e irregulares como no último quadriênio.

Todavia, segundo informa um autor americano, 55% do globo recebe entre 250 a 500 mm. de chuva por ano, e, os Estados Unidos, numa área de 1.681.000 Km² e abrangendo sete Estados, apresentam uma média de menos de 500 mm. anuais; a Argentina, em plena zona temperada, tem o deserto da Patagônia onde pouco chove, a Austrália possui um grande cinturão semi-árido como também a Espanha. Isto para não citar as grandes regiões desérticas do mundo.

Todavia, comparando-se os dados meteorológicos no Nordeste em 20 anos, vamos encontrar uma média de 400 a 500 milímetros anuais, o que vem provar que a questão é mais de irregularidade do que propriamente de escassês absoluta.

Além disso, a sêca é menos um problema tecnológico de construção de barragens ou hidráulico do que econômico, social, político e humano. E' o alevantamento do nível eco-

nômico da região pela estabilidade da produção, como durante a incidência do flagelo, é a fixação de populações nômades e dispersas à procura de abrigo e de trabalho compensador e produtivo.

Dissemos, no início, que o Nordeste não é desprovido de recursos vegetais. E citamos alguns que constituem mesmo monopólio brasileiro como a carnaúba e a oiticica que produzem durante as longas estiagens, principalmente, a carnaúba que produz mais durante a seca. E' a defesa da planta contra a intensidade do flagelo, que se defende evaporando água que se transforma em cera.

Dentre os recursos vegetais de que o homem lançou mão para enfrentar as secas, ultimamente, surgiram as Agaves, cuja cultura foi citada pelo Diretor do DNOCS, em conferência realizada na Escola Superior de Guerra como planta xerófita capaz de fixar o homem à terra.

Ocupa o nosso País o terceiro lugar na produção mundial de Agave. Quer dizer que a produção brasileira é, a rigor, a da Paraíba, que ocupa o primeiro lugar na produção nacional.

Vejamos a produção nacional por Estados:

	Estados	Ano (1948)
Agave — produção por tonelada	Paraíba	25.024
Agave " " "	Baía	374
Agave " " "	R. G. do Norte	365
Agave " " "	Pernambuco	79
Agave " " "	Sergipe	25

(Fonte: Serviço de Estatística da Produção)

Da análise dos números acima, ressalta a invejável posição estatística e econômica da Paraíba na produção de Sisal. Nada menos de 26 municípios do Estado atualmente produzem sisal, sendo paraibanos os dez maiores municípios produtores de Agave no País:

Municípios	Quantidade (kgs)	Valor (Cr \$)
Campina Grande	6.000.000	30.000.000
Caiçara	3.800.000	19.000.000
Araruna	3.770.000	18.500.000
Bananeiras	2.550.000	12.750.000
Areia	1.583.000	7.915.000
Serraria	1.539.000	7.695.000
Cuité	1.500.000	7.500.000
Guarabira	1.100.000	5.500.000
Esperança	748.230	3.741.150
Ingá	420.733	2.103.665

(Fonte: Digesto Econômico, nº 70 — Seto, 1950)

A produção dos Municípios situados na zona do sertão não figura no quadro que apresentamos. É que, só últimamente, a cultura da Agave foi aí intensificada, e também deve-se levar em conta o atraso das estatísticas em nosso país. Todavia, cinco dos municípios que compõem o quadro da produção em referência, pertencem à zona da Catinga do Estado, sendo que um destes, o de Esperança, é conhecido pela devastação e pobreza do solo. Nestes também se inclui a zona do Curimataú cortada pelo rio do mesmo nome, zona do espinho na classificação de Pimentel Gomes, onde a vegetação raquítica e arbustiva denuncia a pobreza do solo recoberto aqui e ali por carrascais e serrotes de mica preta, onde se tornam economicamente impraticáveis a lavoura e criação. Aí só a criação de caprinos oferece algum resultado compensador ou pequenas e raras lavouras de cereais e legumes de consumo doméstico.

Mas, a Agave aí produz. E tanto produz que imprimiu completa transformação em sua paisagem rural. Quem percorre, hoje, essa zona observa trechos cobertos pela sua cultura, instalações rústicas para o beneficiamento da fibra, muitas vezes, à sombra das árvores, atividade trepidante, tráfego de caminhões transportando fôlhas para alimentação das máquinas, o que dificilmente pode ser feito no brejo em virtude da sua acidentada topografia. Essa transformação se processou com tanta rapidez que hoje são conhecidos casos em que propriedades valendo cinquenta ou setenta mil cruzeiros há dez anos passados, hoje valem oitocentos e até um milhão de cruzeiros. É fato conhecido que uma destas

fazendas adquirida pelo sr. Nilo Moreira Leal, por sessenta mil cruzeiros, há onze anos, foi vendida no ano findo por um milhão de cruzeiros, com dois têrços do pagamento à vista.

Os números abaixo demonstram o aumento da produção no último quinquênio no Estado, bem como a exportação:

Anos	Produção (kgs)	Exportação (Cr \$)
Safra 1946/1947	12.723.652	11.418.652
« 1947/1948	20.446.629	19.523.195
« 1948/1949	27.110.645	25.480.793
« 1949/1950	32.316.804	31.423.988
« 1950/1951	55.176.922	56.343.194

(Fonte: Departamento de Classificação de Produtos Agro-Pecuários do Estado da Paraíba)

Há receios de que a expansão da agavicultura acabe predominando sobre as demais culturas, transformando-se num fator de desordem econômica e social, num fator de fome. Sobretudo, se o predomínio se verificar principalmente no setor da pequena agricultura cerealífera. Então, se abandona a agricultura de subsistência, chegará o momento em que todo lucro obtido com a venda da fibra terá de ser desviado em sua maior parte para a importação de gêneros alimentícios. Seria incidirmos no mesmo erro do exclusivismo açucareiro quando se importava farinha do sul do País para alimentação dos trabalhadores das usinas em Pernambuco.

Entretanto, isto não se verificará com a Agave porque se a produção primária está diminuindo no Estado, isto é, se a produção de alguns gêneros de alimentação diminuiu na Paraíba, outras apresentam maior índice de desenvolvimento como o milho e a mandioca enquanto que diminuiram noutros Estados como Pernambuco onde a Agave ainda não se desenvolveu como entre nós. Além disso, outras regiões do território nacional que não cultivam o sisal ou o cultivam em escala reduzida como em São Paulo, onde a agricultura apresenta notável desenvolvimento, também diminuiu a produção de grãos alimentícios.

E' o que se verifica do relatório do Ministro João Cleofas, relativo ao ano findo, segundo o qual a produção agrícola aumentou apenas de 1,2% em relação ao de 1950.

Isso mesmo “convém esclarecer — diz o referido Relatório — que o montante dessa produção está longe de constituir o total da produção básica para a alimentação humana”, porque têm-se que deduzir daí as chamadas produções industriais, a saber, algodão, cana, mamona, fumo, sisal, etc. Quer dizer, em linguagem clara, que os documentos oficiais não costumam revelar, que a produção de grãos alimentícios não é suficiente para abastecimento das nossas populações.

“Teremos mais café e algodão mas menos milho, arroz, feijão e amendoim” é o que diz “O Observador Econômico e Financeiro”, número de março do corrente ano, referindo-se a uma publicação da Secretaria da Agricultura de São Paulo.

Entretanto, na Paraíba temos menos algodão e café conforme nos revelam as estatísticas do último Censo, mas temos mais milho, mandioca, arroz e amendoim, conforme se verifica dos números abaixo:

Estados comparados	Anos	Produtos	Área cultivada (ha)	Quantidade Total (ton.)	%
Paraíba	1947	Arroz	4.321	8.043	0,31
Pernambuco	1947	Arroz	2.468	2.468	0,10
Paraíba	1947	Feijão	110.891	45.717	4,37
Pernambuco	1947	Feijão	56.080	32.900	3,14
Paraíba	1947	Milho	92.584	69.967	1,27
Pernambuco	1947	Milho	203.862	149.288	2,71
Paraíba	1947	Mandioca	41.335	522.219	4,41
Pernambuco	1947	Mandioca	84.004	1.049.589	8,86

(Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1950 — I. B. G. E.)

Vejamos, agora, a produção desses gêneros nos dois Estados e relativos ao ano de 1949:

Estados	Anos	Produtos	Área culti- vada (ha)	Quantidade Total (ton.)	%
Paraíba	1949	Arroz	4.484	8.574 +	0,32
Pernambuco	1949	Arroz	1.775	1.392 —	0,05
Paraíba	1949	Feijão	74.004	45.275 —	3,60
Pernambuco	1949	Feijão	80.293	43.342 +	3,45
Paraíba	1949	Milho	114.144	88.017 +	1,62
Pernambuco	1949	Milho	135.617	96.526 —	1,77
Paraíba	1949	Mandioca	55.814	580.621 +	4,60
Pernambuco	1949	Mandioca	79.822	971.773 —	7,70

(Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1950 — I. B. G. E.)

Da análise desses números ressalta o seguinte: a produção de arroz não diminuiu em nosso Estado, tendo até aumento insignificante. Diminuiu a produção de feijão no triênio 1947/1949 de 4,37 para 3,60, diminuição esta bem acentuada; em compensação aumentaram as produções de milho e de mandioca no Estado, a primeira de 1,27 para 1,62, enquanto em Pernambuco esta cultura durante o mesmo período sofreu uma redução de 2,71 para 1,71, e a segunda de 4,41 para 4,60, sendo que esta igualmente sofreu redução neste último Estado de 8,86 para 7,70, conforme se infere acima dos números relacionados.

E' conveniente salientar que tomamos Pernambuco como termo de comparação uma vez que é o Estado Nordeste onde a cultura da Agave menos se desenvolveu proporcionalmente à sua área total. Pois, é aí onde a agricultura de subsistência não corresponde ao ritmo de crescimento de sua população, ao contrário, apresenta algumas que diminuíram mesmo em relação à Paraíba, cuja economia sofreu radical transformação com a agavicultura.

Por outro lado, na Paraíba diminuiu a produção de batata inglesa nos últimos anos, principalmente, no biênio 1948/1949 de 10.563 toneladas para 10.063, cujo produto é cultivado na zona do brejo onde a produção agaviêira mais tem avançado, mas aumentou a de amendoim de 395 ton. para 940 ton. E' que a cultura da batatinha mais exigente

em solo e umidade, está longe de oferecer o rendimento da Agave, que nas zonas do brejo proporcionam rendimento certo, absoluto.

Acresce, que não há lei humana que possa compeler o agricultor a cultivar cereais ou qualquer outra cultura feito novo Prometeu amarrado à terra esgotada e maninha numa luta de vida e morte contra o empobrecimento do solo, contra as pragas, contra o intermediário, contra a falta de crédito para essas culturas, para no fim de tudo não encontrar compensação pelo seu trabalho. A agricultura cerealífera, entre nós, muitas vezes, não assegura ao agricultor nem a subsistência da família quanto mais garantia do seu futuro. Por isso, aqueles que não sabem deixar a terra a que estão chumbados nem tão pouco sabem procurar outro ramo de atividade fora da agricultura, estão derivando para a Agave como meio de ter assegurado, para o seu futuro, horizontes menos sombrios. Realmente, a sua cultura oferece rendimento compensador mesmo tratando-se de solos inadequados a outras culturas. É o que informa o Dr. Diniz Andrade, em trabalho citado, quando diz que na Paraíba a sua cultura é realizada em solos de antigas plantações de cana, de baixo teor em cálcio, muito íngremes e de pH 5,8-6,2, ou seja, solos ácidos. Quanto a exigência em elementos minerais, o sisal é considerado como planta pouco exigente, vegetando bem em terrenos de pouca fertilidade como é o caso da maioria de nossas zonas agavieiras. Aliás, isto vem confirmar o que escreve o agrologista José Setzer, citado, quando diz que em regiões de boas chuvas e temperaturas favoráveis, as culturas vegetam bem, mesmo tratando-se de solos esgotados ou reconhecidamente pobres em elementos fertilizantes.

Como pequeno produtor podemos oferecer o nosso testemunho a respeito, que vem confirmar o que dissemos acima. Produz bem em qualquer tipo de solo variando, entretanto, o rendimento de acordo com a fertilidade das terras. Oferece ainda a vantagem do plantio poder ser efetuado em qualquer época do ano, quando o lavrador pode dispor de melhores oportunidades em capital e mão de obra, sendo que a melhor época para plantio é no início das chuvas. Há diferença de rendimento entre as diferentes zonas como entre os diferentes tipos de solo. A percentagem de fibra é de 3-3,5% sendo que cada folha produz, em média, 30 grs. de fibra, o que oferece um rendimento de 300 grs. por pé e por ano. Tendo um hectare, em média, 2.500 plantas a 2 x 22 mts., o rendimento de fibra em quilos será de 750. O preço por quilo tem oscilado muito ultimamente atingindo preços

de inflação de 9-10 cruzeiros o quilo, o que oferece um rendimento talvez superior a qualquer cultura do País. Isto tratando-se de terras esgotadas e regiões onde a agricultura é uma atividade inteiramente aleatória. Daí o receio da hipertrofia da agavicultura que alguns estão temendo, mormente se permanecermos, só e só, como produtores de matéria prima sem cuidarmos da industrialização.

Os problemas da agricultura no Nordeste são em tão grande número que poderíamos levantar a tese de se adotar outras normas de ação, novas experiências, novos planos mais condizentes com a realidade objetiva, isto é, com o ecumênico nordestino. Sobretudo os problemas econômicos da agricultura não foram ainda devidamente estudados entre nós.

A falta ou escassez de chuvas estaria a indicar uma política hidráulica que ainda não se conseguiu por em prática no Nordeste em que pese as grandes barragens aí existentes, as quais no dizer do deputado Jorge de Lima servem apenas para refletir a luz das estrelas; a terra seca e adusta, o intermediário como elemento perturbador das boas condições do mercado, o crédito, que, quando há, é escasso e caro e está longe, muito longe, de se adaptar às peculiaridades da produção agrícola, mormente da agricultura de subsistência, cujos produtores constituem a massa no nosso setor agrário.

Tudo isso concorre para agravamento das condições econômicas, criando para a lavoura de cereais condições absolutamente contrárias à estabilidade econômica, ao rendimento compensador e a um futuro menos negro. Por tudo isso, a agavicultura tornou-se um motim econômico. Mas para sua manutenção, devemos cuidar da industrialização.

A economia agavieira, que parecia solidificada de pedra e cal pois já ocupa o primeiro lugar nas exportações do Estado, está ameaçada por novas condições do mercado internacional. Como é sabido, antes da segunda guerra mundial o Brasil importava sisal e "manila" para o seu consumo. Com o advento da catástrofe guerreira, os industriais brasileiros foram obrigados a recorrer às nossas fontes internas, o que conduziu os nossos agricultores a cultivar várias fibras, principalmente, as Agaves.

A Paraíba e a Baía incentivaram muito a produção de sisal, logrando obter com o seu desenvolvimento e procura nos mercados externos nova fonte de divisas, justamente, quando surgia a crise de dólares no complexo jôgo das trocas internacionais.

Todavia, não se vá concluir que a lavoura da Agave haja se expandido sob amparo oficial. Ao contrário, pelo menos durante os primeiros anos, teve de vencer a resistência não só dos próprios agricultores como os da zona dos engenhos que não acreditavam na sua cultura como não teve a amparar-lhe os primeiros passos a assistência oficial nem o auxílio do crédito tão retraído e tão escasso entre nós.

E' que a procura dessa matéria prima aumentou com a guerra e com ela as possibilidades econômicas. E não só a guerra foi a única causa como o suprimento diminuiu com a retirada do mercado internacional de fornecedores importantes como as Índias Ocidentais Holandesas, as Filipinas, a África Oriental Inglesa e a Indonésia. Além disso, a produção de cânhamo na Europa ficou praticamente paralizada em virtude do conflito mundial.

Assim, houve grande redução da oferta no comércio internacional donde resultou a elevação de preços durante a guerra. Todavia, essa redução continuou com o retorno à normalidade, pois, segundo editorial do Journal of Commerce, de Nova York, em 1946, foram negociados apenas 85% da produção mundial, quando durante a guerra essa proporção era maior.

Além disso, a suspensão do controle aliado sobre fibras duras em 1947, deveria provocar a alta de preços, o que não se verificou segundo se depreende das cotações vigentes a partir daquele ano e relacionadas abaixo:

Anos	Preços por Kg.	
	Cr \$	
1946	7,00	
1947	6,50	
1948	6,00	
1949	5,50	
1950	7,00	
1951	11,00	

É que os estoques acumulados durante o tempo em que durou o conflito, as anormais condições industriais e de transportes do após-guerra e a má qualidade do produto proveniente de regiões cuja produção se desenvolveu sob a influência de excesso de procura quando mais se cogitava

de produzir e menos de melhor beneficiar e aperfeiçoar o produto, deram como resultado a baixa de preços até a safra 1949/1950.

Durante a safra 1950/1951 o mercado reagiu talvez em virtude da mudança da política internacional, o que aliás não parece ser real, uma vez que durante o ano corrente o preço vem caindo progressivamente passando de Cr \$ 11,00 por quilo para 6,00 ou menos.

Entretanto, permanecem no âmbito internacional as mesmas condições prevalecentes anteriormente no que diz respeito à perspectiva de nova catástrofe, o que implica acumulação de estoques de matérias primas, onde as fibras figuram em primeiro lugar.

Dois graves problemas poderemos defrontar: o da acumulação de estoques com a consequente desvalorização da fibra, de um lado; e de outro, a desorganização econômica pela debacle da agavicultura.

Seria mais uma página negra na história da agricultura nacional, mais um ciclo econômico a ser mencionado nos compêndios de nossa história econômica.

A produção da fibra já supera o consumo mundial em alguns milhares de toneladas. É que a produção na África Oriental Inglesa, que ocupa o primeiro lugar, como centro produtor no mundo, vem se desenvolvendo continuamente atingindo em 1951 140.000 toneladas. As notícias que temos da produção de Taganika e Kênia segundo a mesma fonte é que nessas regiões também aumenta a produção; o mesmo se verifica com relação a três outros grandes produtores: Brasil, México e Haiti e outros centros produtores do Pacífico e Moçambique, que em 1948 já produzia cerca de 18.000 toneladas. Outros países estão interessados na produção de Agave, como Cuba e a França, que está intensificando a sua cultura no Marrocos Francês. Caminhamos, não há dúvida, para a abastança dos mercados, isto é, para o equilíbrio econômico entre a produção e o consumo.

Devemos pensar, pois, na concorrência entre os países produtores e na queda de preços. Para evitar quaisquer surpresa desagradável no domínio comercial, temos que trilhar dois caminhos: o do melhoramento da produção e beneficiamento e o da industrialização. O primeiro, é o problema central da produção agrária. Como resolver o problema da redução de custo de um produto que cresceu sob o estímulo de preços altos e maior produção cada vez mais. Os grandes lucros obtidos pelos produtores de Agave levando-os a

comprar mais terras, carros de luxo, vida burguesa, etc., eram oriundos dos preços elevados e não devidos à poupança e melhores métodos de produção. Por tudo isso e outras causas que não vem a pelo citá-las, cremos que por aí dificilmente poderemos encontrar a chave da solução.

O outro, da industrialização, também não é de fácil solução, mormente levando-se em conta a falta de capitalização no meio rural. Mas, devia ser encaminhada a solução também nêsse sentido. Primeiro, porque a industrialização multiplica o valor do produto, no caso a Agave. Compare-se, por exemplo, o valor de um quilo de fibra bruta e o da mesma quantidade transformada em corda, fio, barbante, aniagem, etc. e veja-se a diferença. Sem querer descer a detalhes no assunto, faz-se necessário salientar que êste é um aspecto da questão que escapa à alçada do produtor isolado e sem recursos para se aventurar em emprêsas de tamanha envergadura. Segundo, porque tememos de uma ora para outra nos falte mercado para a produção de sisal, e a concorrência comercial venha nos expelir do mercado como já tem acontecido com relação a outros produtos dos quais eramos fornecedores exclusivos.

Isso sucedeu com o açúcar, a borracha, o fumo, o cacau, e está acontecendo com o algodão e poderá também acontecer com a Agave.

Diz a história da "Evolução Econômica do Brasil", que a nossa supremacia no domínio das trocas internacionais "corresponde aos períodos do primeiro aparecimento de um produto nos mercados mundiais", mas quando se trata de produção em massa e consumo em massa sensível às oscilações de preços, que a competição acarreta, daí por diante começamos a decair nêsse setor de produção. A história nos oferece exemplos eloquentes nêsse sentido.

Seria medida prudente conter em limites justos o expansionismo da agavicultura, e fomentar a cultura do algodão e as de cereais, legumes e frutas visando melhor abastecimento dos mercados internos e ao mesmo tempo opôr um óbice ao aumento crescente do custo de vida.

Aumenta cada dia o número de países produtores de sisal. E enquanto a produção da Agave em nosso País avança em ritmo acelerado, cuja produção é quase totalmente exportada para o exterior e nenhuma percentagem da mesma industrializada no País, desce a curva da produção primária e se eleva cada dia o preço dos principais gêneros de consumo, a saber, do feijão, do milho, da farinha, do arroz,

da rapadura, etc. provocando uma onda de indifereçável mal estar e inquietação atingindo tanto as cidades como os campos.

Não há dúvida, que o país está pagando muito caro, o erro de haver esquecido o campo, a agricultura e os seus problemas, o homem e a produção agrária. É certo que não se pode responsabilizar a cultura das Agaves pela diminuição da produção de alimentos pelo menos no que concerne à Paraíba, onde essa produção vem aumentando apesar da irregularidade climática conforme revela as estatísticas que mencionamos e referentes ao último censo.

As condições atuais predominantes no campo, principalmente no Nordeste com relação à agricultura de subsistência estão a indicar outras medidas que deverão ser adotadas se quisermos, realmente, aumentar e melhorar a produção, e consequentemente, valorizarmos o homem e a terra. Primeiramente, modificando as atuais condições de vida existentes no campo e tratando de incrementar a produção através de um plano de política agrária numa articulação acertada e justa da técnica, da economia e sociologia agrárias; segundo, prover meios de defesa da produção através de silos e armazéns coletores nos principais centros de produção, evitando, assim, a destruição pelas pragas dos gêneros perecíveis e a ação perturbadora do intermediário, justamente na ocasião em que aumenta a curva da oferta pelo aumento geral da produção. Isto para não falar do crédito, que para o pequeno produtor ainda continua inexistente entre nós, o que é uma grave falha da nossa administração e falta de visão dos responsáveis pelo assunto.